

ACERVO J. G. ARAÚJO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ARQUIVO

ROOSEWELT TEXEIRA SENA¹



Resumo

O trabalho aqui apresentado é fruto das atividades desenvolvidas na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico entre os anos de 2016 e 2018. A partir do entendimento dos princípios arquivísticos foi possível executar as tarefas concernentes ao Fundo J. G. Araújo alocado nas dependências do Museu Amazônico. O objetivo é mostrar como o diálogo entre a Arquivologia e a História se faz importante nas atividades exercidas em arquivos, dada a necessidade que o historiador tem ao fazer o uso de técnicas arquivística que servirão para um maior aproveitamento do conteúdo das fontes. Esta possui como material de análise os arquivos e documentos, fomentando a acessibilidade à informação contida nestes processos, além do mais, sua natureza de investigação é limitada justamente pelo seu objeto de estudo.

Palavras-chave: Arquivística. História e patrimônio. J.G. Araújo. Museu Amazônico.

Abstract

The work presented here is the result of activities carried out in the Historical Documentation Division of the Amazonian Museum between the years 2016 and 2018. From the understanding of the archival principles, it was possible to perform the tasks concerning the J. G. Araújo Fund allocated on the premises of the Amazonian Museum. The objective is to show how the dialogue between Archivology and History is important in the activities carried out in archives, given the need that the historian has when making use of archival techniques that will serve to make better use of the content of the sources. It has archives and documents as analysis material, promoting accessibility to the information contained in these processes, moreover, its nature of investigation is limited precisely by its object of study.

Keywords: Archival. History and heritage. J.G. Araújo. Amazonian Museum.

Introdução

O trabalho do historiador no interior dos arquivos é mais que um processo mecânico fundamentado por métodos. Trata-se de uma atividade que consiste em atribuir sentido aos eventos que compõem as conjunturas do passado. Uma tarefa árdua e meticulosa, semelhante ao da bordadeira (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009). Servindo-se de objetivos e problemáticas o historiador debruça-se sobre as fontes alocadas em arquivos documentais que possuem a finalidade de preservar a memória histórica de uma determinada sociedade. Muitos desses locais possuem acessibilidade dificultada, por

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: roosewelt.acervo@gmail.com



razões burocráticas ou físicas. Felizmente essa não é uma regra geral e muitas instituições fomentam e incentivam à pesquisa por meio de projetos e outros mecanismos institucionais. Dessa forma a pesquisa histórica tem passado por grandes avanços nos últimos anos.

Para além da acessibilidade, é importante para aqueles que possuem interesse em dar seus primeiros passos na pesquisa histórica estejam munidos de informações básicas relativas aos conceitos arquivísticos como: tipologia documental, paleografia, classificação e ordenamento documental. É notório que muitos cursos de História ainda não possuem disciplinas voltadas para essas práticas em sua grade curricular, trazendo como consequência uma aflição nos alunos, especialmente naqueles que necessitam de um contato maior com as instituições arquivísticas. (BACELLAR, 2005).

O envolvimento do historiador junto à área de documentação e arquivos (públicos, particulares, judiciários, legislativos, paroquiais entre outros) possibilita um fazer histórico sem os fetiches de coisificações do passado e proporciona um sentido mais amplo à massa documental dando-lhe o devido resgate histórico (LOPEZ, 1999) Essa relação historiador-arquivo apresenta alguns desafios a serem vencidos tais como: o processo de formação do acervo e a interpretação do passado a partir dos seus vestígios. Para tanto, o historiador deve lançar mão de conhecimentos arquivísticos que envolvam o processo de organização e classificação de documentos dentre outros métodos que o auxiliará a ter uma melhor leitura do arquivo, desde a sua composição e organização, até o seu conteúdo propriamente dito. Esses dados fornecem ao pesquisador uma base de sustentação para empreender o seu trabalho com maior fluidez, assim como o prepara para prováveis problemas que o acervo poderá apresentar, como, por exemplo: organização documental heterogênea, datações irregulares, entre outros.

Ademais, ao implementar seu projeto de pesquisa o historiador poderá se deparar com limitações do documento, as quais podem dificultar o diálogo entre a pesquisa documental e a temática proposta. Aqui deve-se ter a premissa fundamental da pesquisa em acervos para se alcançar os resultados esperados: fazer as perguntas corretas às fontes, sabendo que estas foram produzidas a partir de um determinado contexto, possuindo razões e usos diferentes daquelas em que o pesquisador está imerso.

Junta-se a isso a experiência concreta de pesquisa que alude às escolhas e prioridades do investigador, estas são advindas do meio social no qual o indivíduo está inserido, pois, ao aplicar seu método no interior dos arquivos, o profissional em história não está deslocado das posições e teorias que o envolvem, social, política, econômica e



culturalmente. Não se trata de um ser exógeno à sociedade em que está incluso. O historiador pode tornar seu papel social utilitarista e questionável, buscando uma possível neutralidade em seu ofício (DINIZ, 2012)

A matéria-prima do trabalho do historiador são os documentos, estes devem ser analisados com o apoio de técnicas que estão inseridas na áreas das ciências da informação. Nesse sentido, torna-se essencial o diálogo do historiador com disciplinas como arquivologia, biblioteconomia e museologia (LOPEZ, 1999). Tal campo disciplinar capacita o historiador com técnicas de manuseio e organização de documentos levando-o a um aproveitamento mais eficaz das fontes, como veremos adiante.

De acordo com Bellotto (2002), a Arquivística possui como material de análise os arquivos e documentos, fomentando a acessibilidade à informação contida nestes processos, além do mais, sua natureza de investigação é limitada justamente pelo seu objeto de estudo. Assim, é primordial que o historiador domine as técnicas e métodos relativos à Arquivística para ter maior êxito ao explorar fontes documentais de diversas naturezas. Portanto, para uma boa aplicação das técnicas arquivísticas

[...] é imprescindível possuir conhecimentos do contexto administrativo da produção do documento, especialmente aqueles referentes à estrutura organizacional e às funções do organismo produtor, que podem possuir um papel fundamental na solução das dúvidas e dificuldades, teóricas e práticas, que surgem na definição de um fundo de arquivo (CABRAL, 2013, p.13).

Tal conhecimento garante ao historiador maior segurança ao tratar com os documentos disponíveis no acervo, além de ampliar a compreensão do conteúdo e da forma dos mesmos.

As fontes históricas são produzidas dentro de um contexto social que influencia diretamente a análise final feita pelo historiador. Essa atividade do historiador, bem como a seleção de determinado conjunto documental está mais vinculada ao próprio contexto social em que o profissional está inserido do que necessariamente àquela em que a documentação é utilizada (LE GOFF, 1990, p. 548). Segundo o autor supracitado, o documento

[...] é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 549).

Dessa forma, o documento coloca no jogo do tempo o fato que ele próprio rememora, porém isso só é possível a partir da intervenção do historiador que o decodifica



e resgata seu contexto através do diálogo com outros documentos. Essas coletâneas, por vezes encontram-se organizadas de acordo com determinadas normas, dependendo de quem as ordenou.

Os arquivos nos quais os pesquisadores realizam sua tarefa possuem pelo menos duas características fundamentais: a primeira diz respeito à salvaguarda das produções documentais administrativas, jurídicas e contábeis das instituições públicas e privadas. Assim, a atividade arquivista está diretamente associada ao poder, seja ele estatal/financeiro ou simbólico.

O primeiro disponibiliza estrutura e pessoal que tratam devidamente da documentação; monta e equipa o arquivo com inovações tecnológicas; e determina o que será guardado ou descartado. Levando em consideração o poder simbólico, o arquivo caracteriza-se como o lugar de “repouso” da “verdade”, isso lhe atribui uma singularidade de conteúdo, sendo que ali estariam alocados documentos que possuem prerrogativas legais e verídicas e, por isso, sustentam uma ‘suposta verdade’, de acordo com a aplicação e postura dada pelo profissional que o investigará.

Os arquivos também se constituem em centros de memória, em que os historiadores tornam-se agentes ativos da organização de acervos, levando-os a refletirem sobre seu papel nesses espaços e a buscar conexão com outras ciências que proporcionará resultados mais eficazes.

O trabalho aqui apresentado é fruto das atividades desenvolvidas na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico entre os anos de 2016 e 2018. A partir do entendimento dos princípios arquivísticos foi possível executar as tarefas concernentes ao arquivo do museu. Esse serviço foi desenvolvido durante a vigência do Programa Bolsa Trabalho, para o qual fui selecionado no último semestre do ano de 2015.

De acordo com o Edital nº 002/2016, cujo programa, instituído no ano de 2007, por meio da portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro do mesmo ano, tinha como finalidade primeira proporcionar auxílio financeiro, prioritariamente, aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estimular a participação do estudante na dinâmica da administração universitária por meio de projetos oriundos de setores acadêmicos e administrativos da UFAM.

Fui beneficiado nesse ambiente, pelo fato de ter sido alocado na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico na qual pude ter contato com documentos históricos e executar processos que dialogavam diretamente com área de História, na qual sou graduando.



Com efeito, o espaço no qual exerci minhas atividades harmonizava-se diretamente com o campo das ciências humanas, atuando como órgão de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão nas áreas fundamentais para o conhecimento das culturas amazônicas. Para instrumentalizar as atividades do Museu Amazônico, a norma do Artigo 3º, VI informa que o conjunto de funções e objetivos alinha-se no sentido de:

Promover intercâmbio com os departamentos acadêmicos da UA, que lhe são afins; com as demais unidades e organismos pertinentes; bem como com outras instituições nacionais e estrangeiras, mediante projetos de pesquisa, formação e extensão, em todos os níveis. (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991, p. 30).

Em consonância com o regulamento citado acima é possível afirmar que a origem do Museu Amazônico está vinculada às várias iniciativas pedagógicas da Universidade Federal do Amazonas, no final do século passado, a fim de se consolidar como Universidade (GONÇALVES, 2012).

Logo, a implantação do Museu Amazônico preenchia a necessidade de haver na região amazônica um centro de pesquisa onde pudesse haver a organização sistemática das fontes históricas e demais materiais relativos à temática amazônica, para, então, facilitar a condução da produção histórica regional. (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991).

Além de incentivar a produção histórica da região o museu transcende seu papel histórico e interage no meio social por meio de sua dinâmica, funcionando como um lugar de trocas sociais. “Esta preocupação deve perpassar toda a instituição, não somente ao que se refere ao contato com o público, como também na política de constituição de acervos e numa constante discussão sobre seu papel” (ROCHA, 2007, p. 262).

Localizado na Rua Ramos Ferreira, 1036, centro histórico de Manaus, a instituição comporta várias divisões: o prédio principal onde estão instaladas as exposições; divisão de museologia, em que existem diversos artefatos indígenas; biblioteca, espaço com literaturas voltadas para temáticas amazônicas; e a Divisão de Documentação Histórica, foco desse trabalho.

Descrição dos acervos da divisão de documentação histórica

A Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico abriga um grande número de documentos referentes à história da Amazônia. Parte dessa documentação refere-se aos documentos fiscais e correspondências da Firma J.G. Araújo que será



apresentada mais à frente. Outra parcela, não menos importante, do conjunto documental é composta pelo Acervo Amazônia Colonial, uma série de documentos microfilmados a partir dos originais presentes nos arquivos públicos do Pará e de Portugal.

Este material foi o resultado da atuação da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (CEDEAM), órgão de pesquisa da Universidade do Amazonas (UA), que atuou de 1979 à 1987, quando foi extinta e sua documentação foi recolhida para a Biblioteca Central da Universidade do Amazonas (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991).

O período abrangido pela documentação refere-se à época da Amazônia Colonial cujo conteúdo, em sua maioria, trata da temática indígena, demarcação de terras, presença missionária na Amazônia e outros temas afins. Também há documentos relativos ao Período Imperial, que são as cópias dos Relatórios de Presidentes de Província do período de 1851 a 1889, Nesse conjunto documental também podem ser encontradas as Atas da Associação Comercial do Amazonas (ACA) do período de 1871 a 1946.

Também compõem o acervo, algumas coletâneas, em menor número, que são essenciais para o fomento de pesquisas em áreas como história, literatura e artes plásticas: Coleção Silvino Santos; Fundo Márcio Souza; Fundo Serviço de Proteção do Índio – SPI; Fundo Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas.

Os documentos que compõem o acervo da Faculdade de Direito do Amazonas referem-se ao período de 1909 a 1974. Em 1917, a Faculdade de Ciências Jurídicas, nomenclatura original da instituição, saiu da jurisdição da Universidade e passa a ser administrada pela União, sendo novamente incorporada em 1962 a partir da criação da Fundação Universidade do Amazonas. Em 2008 ocorre a doação do acervo para o Campus Universitário, devido a sua precariedade, onde passou a ser armazenado e organizado. É composto por folhas de pagamentos, ofícios, atas, provas, registros de matrículas, bem como outros documentos institucionais e administrativos.

Acervo J.G. Araújo

Em 1989 o acervo fiscal e contábil da empresa J.G. Araújo foi doado para a Universidade Federal do Amazonas, por autorização de um dos netos do fundador empresa, Sr. Agesislau de Souza Araújo. Por sua vez, a Universidade transferiu o acervo para as dependências do Museu Amazônico onde foi organizado e tratado para posterior acesso da comunidade acadêmica.



O acervo J. G. Araújo foi escolhido para ser analisado no presente trabalho por ter sido meu objeto de atividade durante a vigência do estágio. Sua organização e catalogação encontram-se em andamento, sendo coordenada pela equipe de pesquisadores da Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico.

Durante todo estágio tive contato direto com as correspondências comerciais e demais documentos contábeis da empresa. Para melhor aproveitamento das atividades foi essencial o acesso às diversas obras sobre a História socioeconômica do Amazonas que compreendiam o período de atuação da empresa de 1887 a 1985.

Conforme STEIN, S. & B (1977), as firmas portuguesas dominaram o mercado interno amazonense a partir da segunda metade do século XIX. O cenário econômico que se constituía ao final da época colonial apontava para uma recusa do domínio de comerciantes franceses e norte-americanos sobre as economias nacionais latino-americanas, coube, portanto, aos ibéricos a articulação do mercado interno latino-americano como aponta os autores

[...] ao nível do comércio atacadista verificou-se uma divisão ou especialização desenvolvida de acordo com as origens dos artigos importados, permitindo, desarte, que os ibéricos compartilhassem o comércio com os recém-chegados. Nessa partilha, aos ibéricos coube o comércio de produtos tradicionais (vinhos e gêneros alimentícios) (STEIN, S. & B. 1977. p. 118).

Dentre as firmas que ganharam destaque no cenário regional encontra-se a firma J.G. Araújo, fundada em 1877 por José Gonçalves de Araújo Rozas em sociedade com seu irmão Joaquim Gonçalves de Araújo, sob a razão social de Araújo Rosas & Irmãos. Nessa primeira fase² a empresa atuava na área de secos e molhados, fazendas e retalho e suas importações contavam principalmente com produtos para aviamento como sal, batata, carvão, botas, capas, material de construção, instrumentos para pesca, manteiga, armas, munições, pólvora e artigos semelhantes. Sua área de fornecimento abrangia as localidades de Codajás, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Também nessa mesma fase a firma já exportava borracha, castanha e piaçava para outros estados do Brasil além, de Portugal.

Assim, desde os primeiros anos de sua fundação já era notável a dinâmica comercial que a firma estava incluída. É importante salientar que a família Gonçalves

² Importante salientar que a nomenclatura *fases* é posta aqui com a finalidade de dividir os períodos de atividade da empresa e está de acordo com as razões sociais encontradas nas correspondências comerciais da mesma. Estas por sua vez alteram-se conforme a entrada ou saída de sócios da Firma. Primeira fase (1877-1896) Araújo Rosas & Irmãos; segunda fase (1892-1904) Araújo Rosas e Cia; terceira fase (1904-1925) J.G. Araújo; quarta fase (1925-1989) J.G. Araújo & Cia Ltda.



Araújo já estava estabelecida na região desde, pelo menos, a década de 50 do século XIX. Isso, portanto, facilitaria as importações dirigidas às diferentes localidades do interior da região. Contudo, não foi somente sua presença na região que facilitou as trocas comerciais, mas sua participação no comércio intrarregional, como observado anteriormente.

Na primeira década de atuação da firma, houve um crescimento significativo na exportação de borracha, por causa da influente rede comercial na qual a firma estava envolvida, mostrando a inclusão da empresa na economia gomífera que despontava naqueles anos. Paralelo ao crescimento da empresa, a cidade também se desenvolvia, e devido ao grande número de estrangeiros na cidade, tornou-se necessário a colocação de novas mercadorias para atender a demanda dessa nova camada social, salientando ainda mais o real envolvimento da firma em diferentes áreas do comércio regional, não somente o da borracha.

Os anos iniciais da firma também foram marcados pela admissão de novos sócios como Francisco Leite da Silva e Otello de Sá Antunes (1883) e a compra dos ativos da firma Rodrigues Vieira e Cia (1895). Com essa nova admissão a razão social mudou para Araújo Rosas e Cia, inicia-se assim a segunda fase da empresa³. De acordo com Benchimol (1994), sob esta nova denominação e com a expansão dos negócios da borracha, a empresa cresceu consideravelmente tornando-se grande empório, fornecedor e aviador de mercadorias para o interior do estado, além de se tornar um polo de recebimento de borracha dos seringais, se firmando, assim como o principal intermediário entre o seringal e o mercado externo. Para um melhor esclarecimento da dinâmica do aviamento na região amazônica, Mauro Cherobim destaca que:

Neste sistema, o aviador é a pessoa que efetua o aviamento, isto é, fornece os bens de consumo e de produção; o aviado é o que recebe. Na produção e circulação da borracha, (...) o seringueiro extrator é sempre o aviado, pois as suas relações econômicas restringem-se ao fornecimento dos produtos extraídos da floresta como pagamento das mercadorias que lhe foram aviadas; o aviador, por outro lado, é aviado do comerciante que lhe fornece as mercadorias e aviador para aqueles que adquirem suas mercadorias; há os grandes aviadores, em pequeno número e estabelecidos nas grandes cidades, e os pequenos aviadores que intermediam as mercadorias até chegar nas mãos do produtor e/ou extrator (CHEROBIM, 1983, p. 105).

³ Apesar da, já mencionada, compra de ativos da firma Rodrigues Vieira e Cia ter ocorrido definitivamente em 1895, anos antes já é possível notar através da documentação contábil da empresa uma lenta transição de nomenclaturas, apontando, já em 1892 para o início da aglutinação da nova firma. Posto isso, a segunda fase da empresa pode ter seu início ou partir dos primeiros registros nominais presentes nas correspondências (1892) ou na aquisição definitiva dos ativos da nova firma (1895).



Este sistema caracterizou a economia gomífera da região da região amazônica com base nos seringais e seus elementos formadores como visto acima. Logo, a firma aqui estudada se adaptou solidamente a este sistema, por meio das relações com outros comerciantes portugueses no interior, criando uma rede comercial bem articulada.

Na segunda fase (1895 a 1904), a firma ampliou suas atividades para outros países como Estados Unidos, Alemanha e França, exportando pirarucu, banha de tartaruga, salsa, copaíba e madeira.

A diversidade das importações também aumentou, produtos como vinhos, bacalhau, ameixa, azeite cerveja, instrumentos musicais, calçados eram aviados para as localidades do interior com o objetivo de abastecimento destas. Nesse quesito a firma se sobrepôs às demais empresas, trabalhando no ramo de aviamento. A análise das correspondências nos dá um panorama das relações estabelecidas entre a firma e seus clientes no interior.

Dessa forma, as atividades da empresa aviadora se firmaram em enviar gêneros alimentícios para as localidades interioranas, nas quais muitas vezes tinha um seringal e neste havia trabalhadores que necessitavam de artigos alimentares e outros itens para suprir suas necessidades imediatas. Logo, o envio de gêneros para localidade era realizado pela troca do materiais produzidos ali, seja a borracha ou sernamby, o pirarucu ou a banha de tartaruga.

Nesta segunda fase, a empresa tornou-se agente da Companhia Brasileira de Navegação à Vapor, passando a ser responsável pelo transporte fluvial a longa distância no interior do Estado. Assim, o mercado do interior ficou cativo das organizações J.G. Araújo e muitas firmas concorrentes decidem sair da região ou vender suas propriedades⁴, e, enquanto os outros faliam, a firma continuava aumentando seu patrimônio financeiro e mobiliário com novas aquisições e expandindo sua rede de estabelecimentos⁵.

A terceira fase (1904 a 1925) da empresa foi marcada pela expansão das suas atividades para Porto Velho, localidades do Rio Madeira, Iquitos, Rio Branco e Santa Izabel do Rio Negro. Criou-se a Empresa Brasil Hévea para beneficiamento da borracha e melhoria da qualidade do produto para comercializar no exterior e inaugura também

⁴ Autores como Roberto Santos e Bárbara Weinstein apontam que o crescente mercado exterior da borracha, incentivado pelo cultivo da Hévea em plantações asiáticas, afrouxou a competição estrangeira na região amazônica o que levou várias empresas estrangeiras a investirem seu capital em áreas recém-criadas. Ver: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia: 1820-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980; WEINSTEIN, Bárbara. The Amazon Rubber Boom. 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 1983.

⁵ Ver Samuel Benchimol, 1994, p. 25.



uma usina de beneficiamento de castanha. A firma também inicia seus negócios em novo setor comercial, a pecuária, com campos de criação em Roraima.

O jornalista Benchimol (1994) aponta que no fim da década de 1940, surgem os primeiros sinais de decadência da firma: O Banco da Borracha passou a ter o monopólio da compra e venda de borracha, a partir das negociações estabelecidas no Acordo de Washington; Rubber Development Corp. (RDC) organização americana que incentivou a produção da borracha na Amazônia em razão da perda de suprimentos de borracha das plantações asiáticas invadidas pelos japoneses; problemas de sucessão como morte prematura de sócios importantes da firma e do próprio comendador J.G. Araújo, se junta a isso inúmeras dificuldades na transição comercial; falta de dinamismo como a falta de investimentos no novo mercado que surgia (BENCHIMOL, 1994).

Mas, como observado até aqui, esses fatores indicados pelo autor ligam tão somente a empresa à economia da borracha, julgando que seu crescimento, apogeu e decadência estão intimamente ligados àqueles ocorridos com a economia gomífera na região. Mas ao consultarmos a documentação comercial da empresa podemos verificar que esta se diversificou em suas exportações e importações como já estamos apontando nesse texto.

Essa diversificação mostra que ao contrário de tantas outras empresas que tiveram um rápido crescimento e posterior decadência no período, a firma J.G. logrou êxito ao se harmonizar com outras áreas da economia regional.

Em sua quarta e última fase, a firma J.G. Araújo, com a crise da economia gomífera, incentivou a criação de outras empresas que atuaram em diversos outros ramos. Nesse sentido foi criada a Empresa Manacapuru Industrial Ltda., que era uma serraria e fábrica de pregos, diversificando mais ainda as atividades da empresa, também houve a criação da J.G. Araújo Exportação que representava e exportava os produtos regionais.

Neste mesmo período outros empreendimentos foram realizados: foi implantada a Fábrica Rosas, que funcionava como drogaria e produção de perfumes à base de pau-rosa para exportação especialmente para a Argentina; Retomaram-se as atividades de panificação com produtos de confeitaria e derivados; e, foi criada a empresa Sociedade de Comércio e Transportes com suas atividades voltadas para navegação e agropecuária.

A empresa também se tornou representante nacional da Texas Company (TEXACO) comércio e representação de produtos derivados de petróleo, expandindo seus negócios para a região do Purus, Juruá e Madeira. Diante de tal quadro comercial difuso é incoerente afirmar que a empresa faliu, pois seu patrimônio foi canalizado para



outros setores econômicos, como observado até aqui. O ideal seria apontar que a firma encerra suas atividades na década de 1980, e seu capital, após a morte do comendador J.G. Araújo, passou a ser administrado por outros membros da família que não tinham a mesma visão que este.

Metodologia

Como visto até aqui, os documentos de arquivos contém informações essenciais relativas aos eventos históricos ou mesmo referências às pessoas físicas e jurídicas. Tais dados devem ser devidamente conservados para que seu uso imediato e futuro não sejam comprometidos. Para tanto, é necessário cumprir certas etapas: higienização, organização, classificação e descrição entre outros.

Durante o período do estágio fui inserido em algumas etapas, a partir de orientações feitas pelos responsáveis da Divisão, e em outros momentos por meio das leituras desenvolvidas no curso de história em disciplinas como *Leitura de Manuscritos dos Séculos XVIII e XIX*. Além disso, as leituras e debates realizados nas disciplinas sobre Amazônia foram essenciais para a compreensão do contexto em que as correspondências foram geradas.

A primeira etapa a ser apresentada aqui é a higienização. Essa é a primeira a ser executada quando um acervo chega à instituição que irá abrigá-lo. No caso do acervo documental da empresa J.G. Araújo, certa parte já se encontrava em bom estado, sendo necessário seguir à etapa de organização e classificação.

Os demais documentos que precisavam ser higienizados foram alocados em outro prédio, para evitar qualquer contaminação com os demais documentos, com espaço e condições específicas para esse fim assim como o uso de suportes para armazenagem, ambiente climatizado e ferramentas para a higienização. Esta, por sua vez, se divide em: retirada de objetos que comprometam o papel, como cliques e grampos e limpeza do papel com pincéis de cerda.

Alguns cuidados são importantes no decorrer do processo de higienização: a limpeza dos documentos ocorria em mesas com altura padrão; a higiene do local era realizada para não comprometer trabalhos futuros, e tão pouco, a documentação que já estava sendo trabalhada. Outros materiais também foram utilizados como luvas, toucas, máscaras e jalecos, para proteção contra as impurezas contidas no papel. Outro ponto essencial foi a organização do documento ainda na fase de higienização, para a



preservação da sua ordem original, portanto, foi necessário recolocar o documento na mesma ordem e posição encontrada.

A fase posterior do processo de organização arquivística foi a classificação e ordenamento dos conjuntos documentais. Esta, como já dito anteriormente, foi feita respeitando a metodologia adotada na empresa. Na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico os documentos do acervo J.G. Araújo estão organizados em estantes e armários. Nas estantes ficavam as caixas-arquivos identificadas pelas tipologias documentais nelas depositadas como recibos, guias de embarque, faturas entre outros, bem como as datas limites em que foram produzidas.

A organização dessas caixas-arquivos se dispõe em uma ordem numérica com a finalidade de facilitar o acesso. Por sua vez, os armários de aço comportam as correspondências comerciais da empresa, estas são guardadas em pastas suspensas por conta da sua fragilidade. Um número total de seis armários, contendo em cada quatro gavetas. Em cada gaveta estão armazenadas pastas suspensas contendo uma média de 30 documentos cada.

O ordenamento das correspondências segue a cronologia das fases da empresa, desde a sua criação até o final da década de 1950. Após uma observação mais atenta desse conjunto documental foi possível notar que para além da ordem cronológica, cada pasta obedecia também outra ordem: os documentos que estavam em uma única pasta eram de remetentes de uma região próxima à mesma calha de rio. Isso foi notado a partir do momento que pude constatar que havia um número de documentação bem variado em determinada pasta em comparação com a outra logo adiante.

A última etapa refere-se à descrição da documentação. Nesse momento foi essencial o conhecimento obtido na disciplina de leituras de manuscritos, pois os documentos, com os quais trabalhei eram todos manuscritos que exigem maior atenção, assim como a utilização de dicionários de abreviaturas⁶. Inicialmente era preciso separar os documentos que haveriam de ser descritos, estes se encontravam nos armários e em determinadas gavetas. Retirados dos armários podíamos analisar os documentos mais detidamente, com o auxílio de lupas.

Alguns problemas eram encontrados no decorrer das leituras: letras ilegíveis, dificuldades em compreensão de termos muitos específicos; documentos que tinham trechos inteiros danificados ou extraviados, por motivos vários (aqui é importante frisar

⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX., 2 ed. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.



que o manuseio dessas cartas era feito com luvas para não danificar o papel). Felizmente essas dificuldades, apesar de ocorrerem com certa frequência não prejudicaram o andamento das atividades. Quando esses elementos surgiam em excesso registrávamos em relatórios. Esses relatórios seriam parte do produto final dessa etapa, falarei deles mais adiante.

A descrição documental, para fins mais adequados, deve seguir critérios que atenda aos interesses dos consulentes, em especial, os pesquisadores. Portanto, tal conjunto de procedimentos deve visar a identificação dos documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisas. Para isso, a descrição compreende a análise de conteúdo, a tipologia documental e identificação do espaço e tempo de produção. Em um arquivo permanente o processo de descrição permite a pesquisa, estando voltado para um público mais amplo e trazendo à luz os elementos mais relevantes do conjunto documental.

Posto isso, na descrição do documento foi necessário colher elementos como data de produção, remetente, destinatário e localidade. No corpo da carta era feito uma leitura acurada e, a seguir a produção de um resumo que refletia as informações mais relevantes do texto. Na maioria dos casos o conteúdo da carta referia-se a pedidos de mercadorias, remessas, balanço fiscal, preços de comercialização de produtos, pagamentos de dívidas, solicitações de créditos entre outros.

Modelo de extração e descrição de dados

1886, Dezembro, Carvoeiro
CARTA de Corrêa e Filho, informando que enviaram 30 arrobas de peixe bom e novo, mais 30 tartarugas, sendo 24 grandes 4 pequenas

Fase 01 Pasta: 329 F: 01 arm.: 02 Gav.,: 02

Fonte: Acervo J.G. Araújo (Museu Amazônico/UFAM)

O quadro acima informa os dados colhidos a partir da análise de uma carta comercial. Os dados mostram que o documento foi redigido no mês de Dezembro do ano de 1886, primeira fase da empresa, na localidade de Carvoeiro. A tipologia é apresentada em caixa alta e em negrito, no caso acima sabemos que se trata de uma carta.



O remetente possui a razão social Corrêa Filho. A seguir encontramos a síntese do documento que se trata do envio de mercadorias. A última linha do registro trata da localização da carta no acervo: pertence à fase 01; encontra-se na pasta 329 do armário 02 e gaveta 02. Esse modelo servirá de verbete que comporá o catálogo do acervo.

Considerações finais

A experiência em um acervo documental é de suma importância na trajetória acadêmica dos estudantes, em especial do curso de História. Se, desde o início, é fornecido suporte técnico e teórico para o docente, esta experiência torna-se bem mais produtiva. Para isso, torna-se essencial que, desde os primeiros anos da graduação seja incluída na grade curricular disciplinas que estejam conectadas com a arquivística.

O diálogo com a ciência da informação, como a arquivologia e a biblioteconomia, por exemplo, oferece aos estudantes uma possibilidade de ampliar seu conhecimento e métodos de trabalho. O trabalho realizado na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico proporcionou um contato com uma rica documentação sobre a história econômica, social e cultural da região Amazônica.

A princípio, foi dificultoso para mim, enquanto aluno do segundo ano do curso de História me envolver com a documentação por não ter bases técnicas e teóricas suficientes para exercer as atividades propostas. Consegui os conhecimentos por iniciativas próprias, e também por meio da participação em algumas disciplinas que o curso ofereceu. Para compor meu arcabouço teórico referente aos procedimentos realizados no interior de arquivos, precisei procurar auxílio em outros cursos como Arquivologia, por exemplo.

Acredito que se o curso de história oferecesse desde o seu período inicial disciplinas voltadas para o trabalho em centros documentais, teria sido um suporte eficaz tanto a mim quanto aos demais estudantes. É importante, salientar que houve a oferta da disciplina de *Leitura de Manuscritos do Século XVII ao XIX*, porém, como optativa, isto é, não fazia parte de disciplinas obrigatórias ofertadas anualmente. Outra disciplina que tratava do trabalho em acervos e dos procedimentos de pesquisa foi *Metodologia do Trabalho Científico*, esta, porém, é ofertada somente na fase final do curso como pré-requisito para as disciplinas de monografia.

Todo esse envolvimento com áreas afins ao curso de História, o acesso a uma bibliografia específica da região, encontrada na própria Divisão, e também na biblioteca



do Museu Amazônico me forneceu bases teóricas para a compreensão do material que estava organizando, transcrevendo e descrevendo.

No ambiente da Divisão de Documentação Histórica, a carência de pessoal para trabalhar com a documentação foi, e ainda é um problema. À época de vigência do meu estágio, apenas eu e outras duas estudantes estavam trabalhando na Divisão, meses depois, um técnico administrativo foi aprovado em concurso e alocado para o setor. Portanto, o trabalho sempre esteve dependente de bolsistas fornecidos pelo projeto Bolsa Trabalho, ou por meio de Estágio Voluntário.

Esse cenário comprometeu bastante o andamento do projeto de Preservação e Conservação do Acervo J.G. Araújo, impossibilitando que as técnicas arquivísticas sejam implementadas com maior eficácia, e o conteúdo do acervo esteja disponível para a comunidade em geral.

A disponibilização em catálogos já foi feita com parte da documentação. Mas ao que se refere ao fundo J.G. Araújo, esse processo ainda não está completo, sendo que no momento está sendo feita a descrição da primeira fase da empresa que são as cartas comerciais. Os catálogos são essenciais para consulta da comunidade acadêmica, e da comunidade em geral. Juntamente, a digitalização dos documentos e sua posterior disponibilização em rede. Porém para isso ocorrer, depende de material tecnológico, investimento financeiro e principalmente, profissional com competências comuns às áreas de História, Arquivística e Economia.

As áreas citadas anteriormente também formam o conjunto no qual os documentos presentes na Divisão, fazem diálogo. A História econômica da região amazônica, por exemplo, é o destaque da documentação. Porém, houve durante meu estágio pesquisadores de áreas como Pedagogia e Letras que usaram os acervos da Divisão para suas pesquisas.

É importante frisar, que pelo fato dos acervos serem poucos trabalhados, há pouca produção sobre os mesmos. Haja vista a riqueza dessa documentação, sua divulgação e incentivo de pesquisas acadêmicas nesse espaço trazem à sociedade o real valor de tão estimado material que há anos vem sendo salvaguardado pela instituição.

Data de Submissão: 16/05/2020

Data de Aceite: 19/08/2020



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiado como artesão das temporalidades. IN.: NEGRO Antônio; SOUZA, Everton; BELLINI, Lígia.

Tecendo Histórias: espaço, política e identidade: Salvador: EDUFBA. 2009.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mal uso dos arquivos. PINSK. Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo. Associação de Arquivista de São Paulo. 2002.

BOLETIM informativo do Museu Amazônico. Manaus, v.1. n.1. jul/dez. 1991.

CHEROBIM, Mauro. **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos.** Perspectivas, São Paulo, p. 101-107, 1983.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **Fragmentos da memória:** o historiador e os arquivos pessoais. In Anais [do] IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: Universidade Estadual (UEL), 195-207. 2012.

GONÇALVEZ, C. B. **Museus, espaços promissores para a divulgação da Ciência:** o caso do Museu Amazônico da UFAM. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória Campinas,** SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia Documental de partidos e associações políticas brasileiras.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Os museus na fronteira do contemporâneo. In.: **Anais do Museu Histórico Nacional.** vol. 39, 2007.

STEIN, S. B. **A Herança Colonial da América Latina:** ensaios de dependência econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.